



# Anais da Assembléia

Nº 20

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE MARÇO DE 1981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1981

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho e secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Antônio Cotrim.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na ata da sessão de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento da Senhora viúva ANITA ALICE, ocorrido em 27 do corrente.

A falecida deixa os seguintes filhos: Dr. Hilton Alice, funcionário deste Poder, Dr. Odilon Alice e a Senhora Doroti Alice, a quem deverá ser dada ciência do presente registro.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. MILTON VIANNA FILHO, ocorrido ontem, em Curitiba.

O lamentável acontecimento veio enlutar a sociedade paranaense, na qual a ilustre personalidade que ora deixa o nosso convívio, desempenhou relevantes funções. Dentre estas, se ressaltam a de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado, Diretor da Associação de Ensino Novo Ateneu e Secretário da Faculdade de Direito de Curitiba.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa às nominadas entidades e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa um voto de aplausos à nova diretoria da APASEM — Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudanças do Paraná, ocorrida ontem na sede da ACARPA/EMATER.

Requer, outrossim, que do presente seja dado ciência ao seu novo Presidente, Dr. Gerson Gonçalves, à Rua Borba Gato, 1332, Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de sua atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja inserido na ata da Casa um voto de congratulações ao Exce-lentíssimo Sr. Dr. FRANCISCO FERNANDO FONTANA, DD. Secretário de Estado da Indústria e Comércio, pela outorga que lhe fez a AECIC — Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, do Título de Personalidade AECIC/81.

Requer outrossim, após aprovado o requerido, seja dado ciência ao mesmo.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM

#### JUSTIFICATIVA:

Quando o empresariado brasileiro atravessa uma das suas mais difíceis fases, motivada pelas medidas de combate à inflação, que inibe e subordina todas as iniciativas privadas, a outorga do título a um Secretário de Estado da Indústria e Comércio é, sem dúvida, o reconhecimento do esforço e uma homenagem ao trabalho, além de ser um voto de confiança na atuação do dinâmico Secretário que, de forma ímpar, está conseguindo consolidar o Parque Industrial Paranaense, e particularmente a Cidade Industrial de Curitiba.

A manifestação desta Casa será não só o endosso do reconhecimento dos empresários, mas sobretudo um estímulo a mais, ao ilustre Secretário.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações pela posse do Dr. GERSON GONÇALVES, na Presidência da Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudanças do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET

#### JUSTIFICATIVA:

Um dos maiores problemas da agricultura paranaense e nacional, é o justo preço a ser pago ao produtor rural.

Os aumentos descontrolados dos insumos, máquinas e de

toda infra-estrutura indispensável a uma boa safra, aliados à corrosão do poder aquisitivo do dinheiro pela inflação, tornam irreais os preços correntes e fazem com que o lucro final do homem do campo seja desestimulante.

Urgente se faz uma tomada de posição efetiva em prol de uma melhor remuneração ao produtor rural.

E, a eleição do Dr. Gerson Gonçalves, para presidir a Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudanças do Paraná é um passo em direção ao citado objetivo.

Homem de larga experiência no trato da atividade agrícola, conhecedor profundo dos problemas ligados ao abastecimento e preços do setor de mudas e sementes, certamente o Dr. Gerson Gonçalves dinamizará essa associação em proveito dos agricultores e da gente paranaense.

E, se mais justificativa necessitasse, somente o pronunciamento público de posse, com corajosas e verídicas colocações no âmbito de custos e lucros agrícolas, já seriam o suficiente para confiarmos na atuação da diretoria ora empossada e justificar nosso voto de congratulações ao Dr. Gerson Gonçalves.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. JUCUNDINO FURTADO, DD. Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando ao mesmo que envie esforços no sentido de ser instalada uma agência do BANESTADO no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) DARCY DEITOS

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Luisiânia, é um dos mais importantes do Município de Campo Mourão, pela sua produção de soja, milho, café e outros produtos agrícolas, tendo em sua infraestrutura, hospital, escolas, telefone, luz, enfim, o mínimo necessário para o seu desenvolvimento, necessitando urgentemente de mais esse benefício, para que se torne independente, dado principalmente a distância que separa a sede do município e do distrito, e assim o pequeno produtor rural seria o grande beneficiado, pois essa medida traria também o incremento do comércio local, o qual é bastante promissor.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal - IBDF, e ao Ministério da Agricultura, sugerindo que adotem medidas visando isentar, a título de estímulo, do imposto territorial rural as áreas de terras não cultivadas pela existência de florestas naturais.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Existem milhares de propriedades rurais neste imenso Brasil.

Acontece que a cada dia que passa, o homem, por interesses pessoais e econômicos, vem destruindo nossas florestas, quer pela ganância de ganhar mais com base numa melhor produção, quer insuflado e engodado pelos espúrios interesses das multinacionais.

A grande verdade é que o desmatamento, hoje, é uma triste realidade. Os grandes projetos da Amazônia estão aí para confirmar o que estamos afirmando.

E, nós todos, temos a obrigação de fazer alguma coisa para diminuir esse tipo de destruição da natureza.

O Paraná, a bem pouco tempo, possuía grandes reservas florestais. Hoje, isso não mais existe. Poder-se-ia falar que isso é fruto do progresso.

Posso até concordar, todavia, o progresso poderia ter vindo da mesma maneira, em razão das nossas terras férteis, todavia, as nossas autoridades maiores deveriam ter se preocupado com o problema do desmatamento.

Com as suas consequências, sabemos, é bem verdade, que existe um dispositivo de lei que exige dos proprietários rurais que mantenham um mínimo de vinte por cento de sua área em mata.

Entretanto, essa medida não tem sido muito respeitada. Não só aqui no Paraná, como de resto em todo o Brasil. Essa reserva florestal de vinte por cento, muitos mantêm. Entendo justo que a esses seja dado a título de estímulo, a isenção do imposto territorial rural sobre essa reserva.

Além do estímulo, pois, ao mesmo tempo que contribui com a ecologia e meio ambiente, dessa área o proprietário não obtém lucro. Então, não é justo, creio eu, que dele (sobre essa área), se cobre o imposto respectivo.

Daí a razão deste apelo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que, após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, DD. Secretário da Segurança Pública, apelo no sentido de ser substituída a viatura da Delegacia de Polícia de Palmeira, cujo veículo se encontra em péssimas condições de uso, impossibilitando a eficiência dos serviços de polícia na comarca.

De outra parte, tendo em vista que o combustível que era fornecido pela Prefeitura, foi cortado pelo Sr. Prefeito, sejam tomadas providências no sentido também de, urgentemente, ser suprida aquela delegacia do necessário combustível aos seus serviços, ora prejudicados em detrimento da população.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, DD. Secretário da Segurança Pública, para que seja determinado reparos no prédio da Cadeia Pública na cidade de Palmeira, em precárias condições, inclusive com fortes goteiras, bem assim o seu muro frontal parcialmente demolido, há muito tempo, como um descaso aos habitantes da cidade.

Cumpramos salientar que essa mesma solicitação já fora feita anteriormente, ficando apenas na promessa de uma solução.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário do Interior, RENATO JOHNSONN, e ao Presidente da TELEPAR, GILBERTO GARBI, requisitando a instalação de uma cabine telefônica na localidade de Alto Ouro Verde, Município de Tapira.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

## JUSTIFICATIVA:

Atualmente a TELEPAR está promovendo a ligação telefônica entre Tapira e o Distrito de Santa Felicidade, naquele município.

Ocorre que a linha telefônica vai passar exatamente sobre a localidade de Alto Ouro Verde.

Assim, seria bastante facilitada a instalação de uma cabine telefônica naquele local, onde residem milhares de pessoas.

Alto Ouro Verde representa muito, em termos econômicos, para Tapira, e assim o benefício seria de extrema importância para toda a população local.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Engenheiro GILBERTO GERALDO GARBI, MD. Presidente da TELEPAR, solicitando seus bons ofícios no sentido de que seja instalado um Mono Canal na localidade de NICE, Município de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) EGON PUDELL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados subscritores, atendidas as formalidades regimentais, REQUEREM a formação de uma Comissão Pluripartidária de Deputados, cujos componentes serão indicados pelas lideranças dos partidos com assento nesta Casa, tudo em atenção ao que foi proposto e decidido na reunião última, quinta-feira, (entre Deputados e agricultores), objetivando acompanhar, interceder e agir no que for necessário e possível, para tentar auxiliar na equação adequada da angustiante questão dos indenizados de Itaipu, protagonistas do Movimento Preço da Paz: Justiça e Terra, e que se encontra num sério impasse.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Liderança do PDS

NELTON FRIEDRICH — Liderança do PMDB

EDILSON ALENCAR — Liderança do PP

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o trecho do discurso do Sr. José Marcos Penteado de Toledo, Presidente da Sociedade Rural do Noroeste Paranaense, pronunciado quando da abertura da XI Exposição Agropecuária e Industrial de Paranavaí, e publicado pelo "Diário do Noroeste", em data de 15/3/81, e que trata sobre o índice inflacionário em nosso País.

Requer ainda, que da aprovação deste, se dê conhecimento ao autor, bem como ao órgão que o publicou.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) PINTO DIAS

## Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI nº 21/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CLUBE DAS VIOLETAS, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

## JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade que vem prestando os mais assinalados serviços à comunidade pontagrossense, tendo como principal escopo promover, estimular e desenvolver a filantropia e assistência social, merecendo, desta forma, ser distinguida com honraria ora proposta.

A entidade em referência é presidida pela Excelentíssima Sra. ENILDE COELHO DA SILVA, preclara esposa do Excelentíssimo Sr. General Sílvio Ferreira da Silva, ilustre Comandante da 5ª Brigada de Infantaria Blindada de Ponta Grossa, e a qual está dinamizando de maneira elogiável, o Clube das Violetas, a fim de que possa desenvolver atividades, em toda a sua plenitude, segundo dispõem seus estatutos.

Isto posto, creio que os nobres colegas, ao analisarem a propositura em tela, darão o devido apoio, aprovando-a sem restrições, por se tratar de uma sociedade que trabalha, de modo relevante, única exclusivamente em prol da filantropia e assistência social na comunidade pontagrossense.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria apenas de registrar aqui o Manifesto do Comitê de Defesa da Amazônia e do Meio Ambiente de Curitiba, com referência à questão dos colonos desapropriados pela Itaipu Binacional que, praticamente há mais de duas semanas, vêm debatendo os preços a serem pagos pelas terras.

Ao mesmo tempo que leio esse Manifesto, cumprimento o jornalista Samuel Guimarães da Costa, que numa matéria publicada no jornal "O Estado do Paraná", edição de ontem, realmente definiu o problema Itaipu com a manchete "O Erro do Século".

O posicionamento dele foi muito oportuno, dizendo que se trata de um escandaloso exemplo de expropriação e espoliação.

Diz ainda o jornalista, que "a Binacional Itaipu é poderosa demais, pois como o projeto é investimento gigantesco e é o produto de governos autoritários de dois países vizinhos que perderam o hábito e a tradição de consultar os interesses do povo, especialmente dos mais humildes".

Realmente, a Itaipu é o "Erro do Século".

O Manifesto diz o seguinte:

"O PREÇO DA PAZ: JUSTIÇA E TERRA"

Itaipu vai alagar 100 mil hectares das melhores terras do Brasil. Somando-se as áreas alagadas das demais hidrelétricas, o Paraná perde cinco por cento do seu território. Perde também um de seus mais preciosos recursos. Nessas terras viviam, trabalhavam e produziam, cerca de 50 mil pessoas que agora são expulsas e expropriadas de suas terras, seus bens, seu pioneirismo, sua história. Essa gente produzia alimentos para o Brasil. Por ano, eram 210 mil toneladas dos principais produtos (feijão, arroz, soja, trigo, milho, café, mandioca) que farão falta à mesa do trabalhador. Esta produção significa, em valores atuais, um bilhão e 500 milhões de cruzeiros que deixarão de circular, por ano, nessa região.

Estes milhares de agricultores, como todo o povo, não foram consultados sobre esta obra. E agora são expulsos. E a Itaipu Binacional quer pagar por suas terras, uma indenização irrisória, um valor menor que o do mercado. Os agricultores que terão de procurar outro lugar para recomeçarem suas vidas, pedem apenas o preço justo. Não exigem nem mesmo que se indenizem os prejuízos causados pela sua transferência. Itaipu, além de pretender pagar pouco, atrasa os pagamentos e não corrige as perdas da inflação.

Os agricultores, organizados, marcharam até Foz do

Iguaçu, na tentativa de ver suas reivindicações atendidas pela Itaipu Binacional.

Mas a direção da Itaipu se mantém intransigente. Não cede. Em resposta, o governo põe tropas para coibir a pacífica manifestação. Permanece o impasse. Os agricultores continuam acampados próximos aos escritórios da BINACIONAL e pretendem ficar até ver justiça.

O COMITÊ DE DEFESA DA AMAZÔNIA E DO MEIO AMBIENTE DE CURITIBA - CDAMA, une-se ao movimento de apoio aos agricultores, denunciando o absurdo da própria construção da hidrelétrica Itaipu, cujo custo está na casa de 10 bilhões de dólares, num país com uma grande dívida externa e necessitando de recursos para resolver problemas mais urgentes do povo: FOME, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CONDIÇÕES DE TRABALHO. Pese o fato de que a energia gerada por Itaipu será utilizada basicamente pelos grandes monopólios, principais interessados na obra. O Paraná não terá vantagens. Nem o seu povo. Pelo contrário. Aqui não ficará um quilowatt sequer.

Denunciamos também o descaso do governo ao alerta para o grave desastre ecológico que a hidrelétrica poderá produzir. Desde a questão de acomodação do subsolo, assoreamento, das alterações climáticas, até a total modificação do "HABITAT" da flora e da fauna.

TODO APOIO AO MOVIMENTO DOS COLONOS DO EXTREMO-OESTE DO PARANÁ

C D A M A

— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Precisamente amanhã, aniversaria-se o massacre do poder de exceção, as mordomias do Governo, enquanto que o povo continua trilhando o caminho da fome, e o Excelentíssimo Senhor Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo, quando se refere às oposições, "ELES". E, para o Presidente da República, "ELES" só sabem criticar. Não apresentam, mas querem soluções para os problemas, do dia para a noite. Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o PMDB, como partido tem um programa comprometido com a busca de liberdade, com a organização popular e com a realização de modificações profundas na sociedade no sentido de democratizá-la e de torná-la igualitária.

O PMDB busca não uma solução, mas várias soluções diante dos diversos problemas que afligem a população brasileira; que comprometem diante da realidade em que vivemos, grande parte da sociedade a uma luta ainda maior pela sobrevivência num regime onde o universo capitalista, mascarado de "progresso e desenvolvimento", vem escravizando o homem.

Vivemos num regime deteriorizador dos valores básicos da sociedade, portanto, gerador da marginalização do homem desesperado diante de suas limitações de trabalho e salário; frente à inflação e o custo de vida que lhe solapa a esperança em busca de melhores dias.

Enquanto o governo se preocupa em dizer que é o povo que, com seu trabalho e suor, produzirá as divisas que o ajudarão a pagar as dívidas da nação, como se "ELES" também não somos nós das oposições.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nos parece que o Presidente da República está usando óculos escuros, como os tiranos da América Latina, para não enxergar as irregularidades cometidas pelos que lhe cercam diariamente. O PMDB, por várias vezes, chegou a dizer que "o regime vigente tem a corrupção como método, o governo é apoiado por empresas poderosas, comprometidas com o sistema de corrupção que lhes permite satisfazer os apetites de lucro fácil; que a galeria

dos envolvidos é composta, entre vários nomes, dos de Golbery do Couto e Silva; Delfim Neto; Heitor Aquino (o capitão Jari); Roberto Campos; Juracy Magalhães, Otávio G. de Bulhões entre outros"...

"Mas negativistas são "ELES", ainda afirma o Sr. Presidente da República. Seria o PMDB negativista da Light de 1,4 bilhões de dólares, propiciando ao Sr. Antônio Galotti a comissão de 38 milhões de dólares?

Quando denuncia como irregular a exportação de gasolina a preços inexplicavelmente baixos, que em cem guias de exportação em 78, renderam comissões de 7 milhões de dólares sem que o Sr. Ueki tenha contado à nação quem as recebeu?

Quando aponta como irregular o escândalo do petróleo, quando em 78, falsa descoberta de lençol petrolífero em Santos, proporcionou ao filho do General Golbery do Couto e Silva vantagens significativas?

Quando aponta o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha como tendo beneficiado o então ministro Calmon de Sá?

Quando aponta o rombo de 21 bilhões de cruzeiros na Caixa Econômica à época de Humberto Barreto, pessoa ligada ao general Ernesto Geisel?

Quando aponta o projeto Jari como símbolo nacional do entreguismo?

Quando aponta irregularidades como no contrabando do ouro e minérios, como pequena brincadeira desse imenso sistema de corrupção?

Ou quando, segundo o Deputado Federal Álvaro Dias, diante de tais acontecimentos, nos sentimos "num país onde ladrões menores são castigados e os maiores, com fortunas nos bancos da Suíça, passeiam suas riquezas pelos corredores Palacianos"?

Onde está o negativismo dos denominados "ELES" pelo Presidente da República, só porque se levantam em defesa do brasileiro lavrador, do brasileiro operário, do brasileiro professor, do brasileiro trabalhador, marginalizados por este regime e perseguidos pelo sistema?

É preciso falar. É preciso denunciar e protestar.

Mas ao lado das denúncias e protestos o PMDB tem apresentado soluções às crises, mas o Governo não as ouve. Não quer ouvir. Mas o PMDB não se calará, pois tem como objetivo central a erradicação da miséria, o compromisso e dever de assegurar, trabalho, dignidade e participação ao povo brasileiro.

O PMDB considera que o trabalho é o fundamento da riqueza coletiva. Que os interesses do trabalho se sobrepõem aos do capital e impõem justiça na repartição da riqueza e da renda.

O PMDB quer construir um país próspero e autônomo, que nacionalize sua economia com o povo participando ativamente dos rumos nacionais e beneficiando-se da riqueza por ele criada.

O PMDB propõe em seu programa como solução, que a nação procure articular-se com os povos que lutam por ideais da democracia, igualdade e independência cultural, e que suas decisões de política internacional sejam autônomas, obedecendo única e exclusivamente aos interesses não de uma centena de protegidos pelo sistema, mas do povo brasileiro, com igualdade de oportunidades e de participação nos bens materiais que a riqueza e o desenvolvimento do país já permitem."

Enquanto isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, alianças táticas veladas como aquela que produziu a Lei do Estrangeiro. Enquanto isso, Srs. Deputados, a doutrina de segurança nacional que campeia o Cone Sul, as visitas oficiosas aos tiranos do Cone Sul, marcam claramente, a intenção do atual Governo e para onde caminha a Revolução de 64.

E se apontar caminhos de liberdade e democracia, se denunciar os bilhões de cruzeiros que correm soltos por baixo da mesa dos corruptos, como sendo uma das causas principais

da miséria no campo e no trabalho. Se isto é negativismo (segundo o Presidente da República), se a busca de fórmulas para solucionar o problema é negativismo, o que é e onde estão as soluções do regime atual, na manutenção do governo de exceção, no fechamento do Congresso Nacional?

Na prorrogação de mandatos? Na marginalização do povo frente ao processo eleitoral?

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência me concederia um aparte oportunamente?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Concedo o aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Renato Bernardi — Deputado Kirinus, esta divisão tão usada de uma forma maniqueísta entre bons e maus, entre nós e eles, é uma sistemática. Vossa Excelência como humanista que é, deve saber, de todo e qualquer regime autoritário. É muito fácil, para quem detendo o poder de uma forma centralizadora, concentradora, elitista, tendo um respaldo de outra ordem, é muito fácil para uma pessoa desta, dirigir-se às oposições, dirigir-se ao democrata e usar pejorativamente o termo “eles”, pessimistas.

Mas, veja bem Vossa Excelência, quem estaria irradiando o otimismo depois de se ver um País totalmente comprometido nos seus recursos naturais, na sua produção e mais do que isso na sua população sendo tangida dos campos para uma concentração nas grandes cidades, com um modelo educacional que não formará de forma alguma o trabalhador e o seu filho para as necessidades da sociedade industrial; com um modelo de saúde que peca, a partir da prevenção de moléstias pela simples falta de capacidade aquisitiva dos produtos básicos de alimentação.

Quem é que poderia irradiar otimismo diante de um quadro destes? E não adianta o General Figueiredo ou outros homens que estejam de plantão dentro desse sistema, tentar uma divisão maniqueísta da Nação brasileira, apenas entre eles e nós. Mas é preciso, isso sim, que ele uma vez vire as costas para a tecnocracia que está implantada nos Gabinetes luxuosos de Brasília ou do Rio, e das grandes empresas estatais e para-estatais, das grandes empresas multinacionais, e veja finalmente a situação do nosso povo.

E aí então ele entenderá a bandeira da sociedade civil, a bandeira das oposições quando prega a necessidade urgente de uma revisão do pacto social em que nós estamos mergulhados, — quando pregamos todos a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, não como uma forma apenas de discursar, mas como uma forma efetiva de se elaborar uma Constituição, dar um novo ordenamento jurídico e institucional para o País.

E a partir daí, sim, nós poderemos pensar realmente em termos de futuro, poderemos pensar realmente no País como uma Nação que tem objetivos permanentes, tem objetivos temporários e tem mais do que tudo isso, um povo motivado e engajado na luta comum.

A partir do momento em que essa elite se isolou no poder e se munuiu de instrumental para se defender contra o povo, isto representou realmente uma divisão entre aquele 1% que compõe a elite no poder e os 99% do povo marginalizado pelo processo social.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o seu aparte que vem dar inclusive maior razão para estarmos aqui nesta tribuna, ao denunciarmos o caminho, a lama de corrupção em que se encontra o atual regime.

Ao nos defendermos quando querem dizer ou querem de nós otimismo diante de tudo que vimos. Seria a mesma coisa, nobre Deputado, do que querer fazer, do que o déspota querer obrigar os seus escravos a cantarem hinos à liberdade, quando essa não existe.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Gernote Kirinus, eu venho acompanhando o

pronunciamento de Vossa Excelência, como aliás faço em todos aqueles que faz desta tribuna o ilustre Deputado.

Quando Vossa Excelência começou o seu pronunciamento na tarde de hoje, se referiu ao 17.º aniversário da Revolução. Pois bem, Deputado Gernote Kirinus, é evidente e eu não entendo bem porque que a Oposição sempre procura marginalizar este movimento encetado em 31 de março de 1964. Porque me parece Deputado que graças àquele movimento, se assim Vossa Excelência entender, graças àquele Revolução é que hoje temos o prazer de ouvi-lo na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Porque tenho a plena convicção que se não fosse aquele movimento, hoje Vossa Excelência aí não estaria. Este Congresso estaria fechado. Todos os congressos estariam fechados. E nós, meu caro Deputado Gernote Kirinus, estaríamos num regime de força, num regime que não condiz com o povo brasileiro.

É por isto que fico perplexo quando vejo um ilustre Deputado dizer: — onde estão as soluções? Que estamos buscando soluções...

Nós aí estamos, Deputado. Queremos as soluções para os problemas graves, não só para o Paraná mas para o Brasil, principalmente. Traga-nos, nós aceitaremos, queremos que a Oposição traga soluções, apresente soluções, elas serão bem recebidas, não tenha dúvida disto.

Mas Deputado Gernote Kirinus, fico tão satisfeito e lhe digo com toda a sinceridade de amigo que somos, quando vejo Vossa Excelência nesta tribuna defendendo os posseiros, defendendo os proprietários daquela área que haverá de ser invadida por Itaipu, saio daqui sabendo que um Deputado representante daquela região está lutando pela sua gente, está brigando para melhores dias daquele povo. E Vossa Excelência, que tem defendido com tanto brilhantismo, com tanto amor aquela causa ao povo daquela região, deveria isto sim voltar mais vezes a esta tribuna, porque Vossa Excelência sabe, como eu, que a sua luta nesta Casa, nesta mesma tribuna, já encontrou eco, já teve ressonância nos Poderes. Então por que não continuar, nobre Deputado? Continue. Continue lutando que terá sempre o nosso respaldo, o nosso apoio. Esta é verdadeiramente a sua luta. Esta a razão verdadeira de sua presença na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Porque falando do Presidente Geisel, dos seus Ministros, Vossa Excelência não vai resolver nunca o problema da gente tão sofrida, mas tão bem defendida por Vossa Excelência de sua região.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado, em parte lamentando o seu aparte. Porque se estou aqui falando hoje, não é por mérito da Revolução de 64. É um direito que assiste a todo o cidadão, a todo o ser humano, de expressar-se livremente. E se aqui estamos falando hoje, pese também de que houve muitos mártires, dentro do período de 64 para cá, para que isto acontecesse. Houve também muitas vezes em que o Congresso Nacional, ainda recentemente em 77, 78, foi amordaçado. Ainda existe a mordida por exemplo, de líderes sindicais. E é o povo, a organização popular, que nos colocou a todos nós aqui, através de eleições livres, diretas, o mérito destas conquistas.

Assim como é o mérito do povo polonês, a conquista de evitar de que haja uma intervenção direta, substituição das lideranças sindicais lá na Polônia. Embora vontade e predisposição para isto existem, não só na Rússia, mas aqui também houve agora com Lula e tantos outros líderes sindicais.

Portanto, a questão da democracia é uma luta que continua. Queiram ou não queiram os tiranos, os da extrema-direita, os fascistas.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Kirinus, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que Vossa Excelência está fazendo na oportunidade e referindo-me mesmo ao início do pronunciamento

de Vossa Excelência quando critica a Revolução que todos nós temos criticado, na verdade eu, por mim quero dizer já que sempre fui contra, sou contra, sempre fui contra a todo o movimento de força, para depor um Governo. Por isso nós temos um processo de eleição; através do povo, que é o processo democrático. Mas nós não devemos falar em Governo antes de 64, que queria dar golpe, por hipótese, sofismando, porque eu não vi nenhum movimento concreto do Governo de então, ou antes de 64, no sentido de dar um golpe de Estado. O que nós víamos era o povo fazendo reivindicações, o Governo dando satisfação ao povo, fazendo pronunciamento e deixando que aqueles que eram de oposição se pronunciassem. Carlos Lacerda agredia o Governo, quando Governador da Guanabara; e outros Governadores, Magalhães Pinto em Minas Gerais, todos aqueles que estavam na oposição ao Governo de então, faziam pronunciamento, crítica ao Governo e eu não vi nenhum movimento bélico, no sentido de dar golpe de Estado.

Quer dizer, quando nós criticamos a Revolução que foi um fato, um movimento que não teve sentido doutrinário nem ideológico, mas foi um golpe, simplesmente material, para depor um Governo legitimamente constituído, então os da Situação, que estão usufruindo, que estão se cevando no Poder, dizem que fizeram isto para evitar que se implantasse no País, uma ditadura sindicalista. Mas fizeram — se não tivemos uma ditadura sindicalista, porque eles impediram, mas impuseram uma ditadura multinacionalista. É isto que nós estamos vivendo, escravizados pelo capital multinacional e o País sendo entregue às multinacionais, graças e por culpa e obra dessa Revolução que está aí; esta malfadada revolução.

Então, o que eu quero dizer, é que nós não podemos falar em hipótese, em sofisma de uma Revolução, em 64 que deveria ser dado pelo Governo, constituído democraticamente. E que foi derrubado por uma revolução leviana, porque muitos que ajudaram a fazer aquela revolução, hoje estão arrependidos e dizem ainda publicamente que jamais fariam aquela revolução, se soubessem que iria acontecer para o Brasil, o que está acontecendo. Era este o aparte que queria dar a Vossa Excelência.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Eu agradeço o aparte, nobre

Deputado, que inclusive com muita propriedade lembra que houve uma certa imaginação febril, de que o País estaria à borda do abismo. Dizia-se, inclusive, abertamente, o Brasil está à beira do abismo; — Logo em seguida outro refrão — o Brasil deu um passo à frente; mais adiante, diziam que estávamos perdidos, por causa da dívida externa, que na época era 2,8 bilhões de dólares; hoje são 65 bilhões vezes necessário fazer uma revolução. Dizer-se que estávamos praticamente nas mãos dos comunistas. Diziam e dizem que nos arrancaram das mãos dos comunistas, mas como bem disse Vossa Excelência, para quê? Para nos colocar nas mãos do Imperialismo impiedoso, com as nossas riquezas naturais, com multinacionais solapando as nossas bases econômicas, e escravizando o nosso povo. Esta é a triste realidade. Nós talvez não quiséssemos nenhum nem outro; mas queremos brasileiros e ser brasileiros; e o direito de sermos brasileiros e de usufruir daquilo que tão generosamente Deus colocou à disposição de nossa Pátria, quais sejam as riquezas naturais.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Deputado Gernote Kirinus, o PMDB, realmente é contestador. Eu acho que é preciso contestar. O PMDB não aceita ficar na fila cinzenta e massificada, e quer contestar e está contestando. O PMDB sabe que o Governo é muito esperto e hábil nas manobras, visando desviar a atenção de problemas mais profundos, os problemas sociais que estão a aflorar no dia-a-dia.

E o Presidente João Figueiredo deve saber que está na “corda bamba”. Já se comenta em diversos setores do poder central, que o Presidente Figueiredo estaria sofrendo um alto

processo de desgaste e seu campo estaria minado. As forças reacionárias querem ver as cadeias cheias de líderes políticos, de bispos, enfim, daqueles que se perfilam entre os contestadores.

E o Presidente Figueiredo que se cuide, se não rezar a cartilha da repressão, todas as noites, fatalmente, perderá o trono, antes de terminar o seu mandato.

Há figuras realmente sinistras querendo sangue. É preciso muito cuidado, não interessa qualquer tipo de movimento, nem para nós, do PMDB, nem para o povo brasileiro.

Os fascistas estão na espreita, os reacionários orientados pelo QG do Pentágono, não querem aceitar o trabalho consciente da Igreja progressista. Não aceitam a volta de líderes casados e banidos. Não aceitam a pregação e a conscientização de forças e de setores expressivos de nossa sociedade.

Não vamos nos iludir, não, nobre Deputado, a indústria do comunismo continua faturando muito alto neste País.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço, nobre Deputado, o seu brilhante aparte e acrescento o seguinte: as forças reacionárias estão preparando os seus tentáculos, hoje, são as mesmas forças que, ontem, criaram a história do “PARASAR” e que querem jogar a culpa, ou criar, com isso, o medo do comunismo, para justificar o fechamento e tolher o povo, mais uma vez, em sua liberdade, em suas liberdades democráticas.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida. Vou concluir meu raciocínio.

E ocorre, neste exato momento, que vi algo que descaracteriza, complementamente, o que se diz ter conquistado a abertura do Presidente Figueiredo.

Quando chego numa Rádio, a Difusora de Marechal Cândido Rondon, ali leio uma Portaria, baixada pelo DENTEL, que diz que qualquer notícia que possa vir a prejudicar o Governo, será responsabilizada a Rádio e esta poderá perder a sua concessão.

E o simples pronunciamento que quis fazer, naquela Rádio, a seu convite, recebi a seguinte advertência: “que não se pode usar palavras como “corrupção”, tem-se que usar palavras outras, mais enfeitadas, porque essa já ficou muito “manjada”, pelo povão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Presidência comunica o nobre Deputado que lhe resta apenas um minuto para concluir seu pronunciamento.

E, ao mesmo tempo, registra, com satisfação, a presença, neste plenário, do Sr. Antônio Masurek, Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Repúdio também está proibido no vocabulário das rádios. Tem-se que usar indignação.

E assim, nos ditam os termos que podemos falar, esta é a liberdade.

Concedo a parte, de meio minuto, ao Deputado Gabriel Manoel e o outro meio minuto usarei para concluir.

O Sr. Gabriel Manoel — Nobre Deputado, estamos assistindo o seu pronunciamento, aliás muito válido para as forças da democracia, para o nosso Poder. Mas só o que me confunde, Deputado, eu não sei. Esse problema dos Bispos, em 64 eles saíram para as ruas acusando...

O SR. GERNOTE KIRINUS — Eles abriram os olhos.

O Sr. Gabriel Manoel — Então eu acho que são dois pesos e duas medidas apenas eu queria só para, acusando o marxismo, o leninismo e hoje, os mesmos Bispos vão na Igreja pregar a derubada novamente do Governo. Eu pergunto a Vossa Excelência se em 64 eles eram contra uma filosofia agora eles são a favor? Então que fique esta pergunta no ar aos Bispos da minha religião católica e que eu deixo uma dúvida se eles estão com a razão ou se são simplesmente oportunistas.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Parece-me que Vossa Excelência



pertencia já a outro Partido em 64.

Para encerrar, Sr. Presidente, é bom que todos saibam que em música fala-se uma verdade, a qual o povo passa a cantar: "O "Zé" da Silva, operário padrão, está há muito, pedindo socorro em nome da fome."

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Eu pergunto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último dia 21, por volta das vinte horas, o diretor do jornal "Nosso Tempo", professor e jornalista Juvêncio Mazarolo, há tempo radicado em Foz do Iguaçu, principal área de circulação do periódico, foi convidado pelo Comandante do 34.º Batalhão de Infantaria Motorizada, Coronel João Guilherme da Costa Labre, a comparecer no dia seguinte, às 9 horas, no gabinete do Comandante, para participar de uma reunião comunitária.

Solicito como sempre, o jornalista compareceu no horário determinado. Na sala, presentes além do Comandante, o Coronel Clóvis Cunha Viana, Prefeito nomeado de Foz do Iguaçu, o Juiz João Kapitolwski da Vara Criminal da Comarca e o advogado José Bento Vidal e a tudo isto também assistindo, outro militar não identificado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual foi a surpresa do Diretor responsável pelo jornal "Nosso Tempo" de Foz do Iguaçu, em chegando ao gabinete, não sendo nem convidado a sentar, e de pé, já o Comandante iniciou uma pregação contrária ao jornal, à sua posição e outras ameaças diretas e veladas.

Interessante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que se fez uma verdadeira arapuca, convidando-se o diretor do jornal a comparecer a uma reunião comunitária com a presença do Comandante, do Prefeito, interventor nomeado, de um Juiz de Direito e de um advogado e na reunião esta comunitária, depois se deduziu que era na verdade, da comunidade de informação. Mas, Sr. Presidente, se por si só as advertências formais, diretas apresentadas pelo Comandante já são questionáveis, é inadmissível que terminada a averberação do Coronel, o Juiz João Kapitolwski, tomou a palavra para também fazer a sua descarga. Aproveitou para lembrar matérias do jornal que considera ofensivas à justiça e à sua pessoa, inclusive o mesmo Juiz aproveitou para desmerecer todo o trabalho desenvolvido pela imprensa. Quando o Diretor responsável pelo jornal pensava dizer algo, era prontamente impedido, sob a explicação que ela estava lá para ouvir e não para ser ouvido.

"Não temos o menor interesse em ouvir o que o Sr. tem a dizer", insistia o Coronel. E obrigatoriamente o Diretor responsável, tinha que se resignar ao silêncio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se não desejamos aqui entrar no mérito das opiniões e do conteúdo deste ou de qualquer periódico, queremos sim, aproveitar o horário da Liderança, para deixar claro que exatamente esse jornal "Nosso Tempo", que vem ocupando um espaço na opinião pública de Foz do Iguaçu e daquela micro-região, tem o direito à liberdade de opinar e quem lá está trabalhando, de escrever e veicular o seu pensamento. Se o jornal está incomodando autoridades que estão presentes na vida comunitária de Foz do Iguaçu, não nos interessa este aspecto. Cabe sim aqui, sempre defender a liberdade de opinião, de pensamento, a liberdade de imprensa. E, o que nos indigna, Sr. Presidente, é o que estava fazendo lá num gabinete na caserna, um Juiz de Direito, para também ameaçar um Diretor de jornal, quan-

do ele tem o seu foro competente, quando ele tem o seu Tribunal de Justiça para agir, para acionar os dispositivos legais cabíveis.

Também não entendemos, o que faz um Prefeito nomeado interventor, num gabinete de um comandante, para também, de maneira passiva assistir a tudo e com seus gestos concordar com tudo que se fazia. A reunião comunitária, era na verdade, uma emboscada para coagir com ameaças claras esse periódico de Foz do Iguaçu. E, é por esta razão, Sr. Presidente, que também aproveitamos para ler aqui a nota de apoio à livre imprensa, subscrita pelo Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil daquela cidade, quando ele claramente, faz a sua denúncia. "É simplesmente inconcebível, quando o País ensaia os primeiros passos rumo à normalização democrática. Quando a Nação e os Edís até mesmo do Partido Governista, denunciam a desnecessidade das chamadas Áreas de Segurança Nacional e a improcedência total dessa teoria, é inconcebível que se pretenda censurar e intimidar a livre imprensa, mas, de fatores profundos e de origem governamental.

Repudia sim, a Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Foz do Iguaçu, a indevida coação exercida sobre o semanário "Nosso Tempo", nas dependências do primeiro batalhão de fronteira, segundo notícia da edição n.º 16 do periódico.

Reprovável a irregular intromissão militar em assunto da comunidade civil. Reprovável que um prefeito militar, volte à caserna, não para honrar suas origens mas para exercer ilegal coação. Duplamente reprovável, que um juiz e um advogado prestem apoio a tamanha arbitrariedade.

Foz do Iguaçu, 27 de março de 1981. Álvaro de Albuquerque, Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Foz do Iguaçu".

É por esta razão, Sr. Presidente, que queremos nos somar à OAB, Seccional de Foz, a denúncia que está fazendo à OAB do Paraná, se somar também, à denúncia que está se fazendo à Associação Brasileira de Imprensa, ao Corregedor da Justiça, pois inadmissível é que um juiz se preste a este tipo de comportamento. Também, o nosso apoio e a nossa solidariedade, a quem fazendo como o faz, veiculando as denúncias e as notícias como faz o novo jornal "Nosso Tempo", merece aqui, como disse, não pelas opiniões que possa ter ou pelo conteúdo e mérito das questões que levanto, mas, acima de tudo, pelo princípio maior da liberdade de imprensa, de opinião e de pensamento.

E por esta razão, nós que estivemos sábado em Foz do Iguaçu, queremos registrar esta ocorrência, ao mesmo tempo, de fazer aqui um apelo, um apelo que é protesto. Ao Tribunal de Justiça, para que dê um basta a juizes que se dão ao luxo de fazer o que se fez, nesta reunião do dia 22 de março último, numa reunião chamada de "reunião comunitária" na verdade, uma emboscada para coagir um jornalista.

Também queremos fazer um apelo de protesto e denúncia, ao próprio Governador do Estado, para que não admita que prepostos, seu Interventor, se dê também ao trabalho de participar de uma reunião com o objetivo claro de coação.

Também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos registrar em síntese que o PMDB que ao longo desses anos tem defendido de maneira incisiva a liberdade e as questões libertárias, a democracia e os direitos dos democratas, não podemos nos calar quando um simples jornal do interior, porque isso nos parece que indiretamente compõe um quadro maior — É o "Jornal do Brasil" ameaçado aqui e acolá e sofrendo processo. É o Diretor da "Folha de São Paulo" respondendo por uma famigerada lei de imprensa, por veicular o que disse um Deputado, acaba ele respondendo e indo às barras dos tribunais.

Ora, isso representa o que? Representa a multiplicidade

dessa coação e opressão contra os que querem veicular as informações e notícias, e acaba se reproduzindo lá no interior, porque o ditador maior se multiplica na infinidade de ditadores menores em todos os cantos.

Sr. Presidente, nós não vamos nos calar. E aqui também fica nos Anais da Casa, pelas ameaças de telefonemas que já recebem os homens desse jornal, que a própria segurança física dos componentes, do expediente e da confecção desse periódico, está sob suspeita, principalmente quando se sacramenta uma coação numa reunião dita comunitária, para tentar pressionar, para que o jornal mude a linha que vem atuando.

**O Sr. Gernote Kirinus** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Só para dizer, nobre Deputado, que a denúncia que Vossa Excelência traz, em nome do nosso partido a esta Casa, é grave. Ao mesmo tempo em que ela vem dar mais uma vez razão ao PMDB, quando levanta a hipótese de que está descaracterizada a abertura de João Baptista Figueiredo. E também gostaria de acrescentar de que o MDB sempre contou e conta, não com aparatos militares para conquistar a democracia que nós queremos, mas com a organização do povo. O povo haverá de dar a democracia que o Brasil e ele mesmo merece.

Portanto, nós não precisamos de nenhuma Revolução de 64 para garantir os direitos democráticos, aliás que ela não garantiu durante esses 17 anos como bem prova a denúncia que Vossa Excelência traz.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Muito obrigado.  
(Tímpanos)

**O SR. PRESIDENTE** — (Gilberto Carvalho) A Mesa informa que Vossa Excelência tem um minuto para concluir sua oração.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Concluo e pediria a ilustre Presidência, já que o tempo não permitiria concluir o que possuo, que desse por lido o final desse pronunciamento, exatamente onde teríamos mais detalhes sobre a ocorrência.

Sr. Presidente, tomara que o Tribunal de Justiça, que o Governo do Estado, que a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, ao menos em tomando conhecimento possam acionar os seus dispositivos, para ao menos evitar que se repitam essas ameaças, essas coações que em nada dizem respeito a uma liberdade, a uma democracia que tanto queremos e que haveremos de construir juntos.

Obrigado, Sr. Presidente e gostaria que se transcrevesse, na íntegra o restante.

**O SR. PRESIDENTE** — (Gilberto Carvalho) Deferido o seu pedido.

#### MATÉRIA CONSIDERADA COMO LIDA PELO SENHOR DEPUTADO NELTON FRIEDRICH JUIZ E CORONEL ARMAM EMBOSCADA

Por volta das 20 horas do último sábado, dia 21 de março, um tenente do Exército telefonou para a redação do Nosso Tempo pedindo para falar com Juvêncio Mazzarollo, diretor responsável deste jornal. Juvêncio havia ido à sauna. O tenente telefonou à sauna e disse ter um convite do comandante do 34.º Batalhão de Infantaria Motorizada, coronel João Guilherme da Costa Lebre, para uma reunião. Consultado por telefone se poderia receber o convite na própria sauna, Juvêncio respondeu que estava à disposição.

Em poucos minutos o tenente foi à sauna e disse ao diretor do jornal que o comandante do Batalhão estava promovendo “uma reunião comunitária” às 9 horas do dia seguinte,

domingo, e que “gostaria de contar com sua presença”. O convite foi apenas verbal e de cortesia. O tenente perguntou se podia confirmar a presença e recebeu resposta positiva. Acrescentou que da “reunião comunitária” participaria o Prefeito, o Juiz e outras pessoas da sociedade iguaçuense.

Às 9 horas de domingo, dia 22, Juvêncio dirigiu-se sozinho, ao Batalhão e foi gentilmente conduzido até o gabinete do comandante Labre. Lá estavam o próprio comandante, o coronel Clóvis Cunha Vianna, prefeito de Foz do Iguaçu, o juiz João Kopytowsky, da Vara criminal da Comarca de Foz do Iguaçu, e o advogado José Bento Vidal, com escritório jurídico nesta cidade e outro militar não identificado.

Após os cumprimentos, o comandante Labre, de pé, e sem oferecer assento, explicou que desejava dizer algo à pessoa do diretor do jornal Nosso Tempo e que convidara as outras pessoas presentes para que fossem testemunhas do tratamento que seria dispensado, inclusive para que o “convidado” não saísse de lá dizendo que foi torturado ou maltratado.

A essas alturas, Juvêncio sentiu que não se tratava de qualquer “reunião comunitária”, conforme fora dito no convite verbal. E chegou a ficar apreensivo, perplexo, vendo-se num ambiente exatamente contrário ao traçado anteriormente.

Mas o comandante Labre foi curto e seco. Explicou que convidara o diretor do jornal para alertá-lo de que “o Governo e as Forças armadas aceitam o exercício da oposição, mas que de forma alguma aceitam as provocações veiculadas por Nosso Tempo. Citou artigos do jornal, inclusive um que foi assinado pelo próprio diretor, e acusou o trabalho do semanário iguaçuense de desenvolver um trabalho de baixo nível. Fez questão de frisar que estava fazendo uma advertência formal, embora sem fornecer nada por escrito.

Juvêncio, pensando estar num ambiente de diálogo, tentou dizer alguma coisa ao que foi impedido abruptamente: “Nós estamos em posições opostas e não vemos razão alguma para estabelecer qualquer espécie de diálogo com o senhor!” — disse o coronel Labre.

Terminada a verberação do coronel, o juiz João Kopytowski tomou a palavra para também fazer sua descarga. Aproveitou para lembrar matérias do jornal tomadas por ele como ofensivas à sua pessoa e à Justiça. Kopytowski aproveitou para desmerecer o trabalho desenvolvido pelo jornal e avisar que está movendo um processo judicial contra o mesmo. Disse mais que “os redatores do Nosso Tempo têm liberdade para serem comunistas, mas não para fazerem afrontas”, ao que foi apoiado pelos demais presentes.

Quando Juvêncio pensava poder dizer algo, era prontamente impedido, sob a explicação de que ele estava lá para ouvir e não para ser ouvido. “Não temos o menor interesse em ouvir o que o senhor tem a dizer” — insistia o coronel Labre, ao que Juvêncio respondeu com resignação e silêncio.

O prefeito Clóvis Cunha Vianna e o advogado José Bento Vidal nada disseram durante a reunião. Faziam apenas acenos com a cabeça em sinal de concordância com o que os outros diziam.

A “reunião comunitária” durou cerca de dez minutos. Juvêncio foi convidado a se retirar, e o fez, dizendo aos presentes que “apenas lamentava a inexistência de diálogo”, ao que o comandante repetiu: “Não há mesmo. Pode ir. Não tenho a menor disposição para dialogar com você”.

Sem saudação de despedida, Juvêncio saiu acompanhado por um militar muito cortês que, notando o desejo do “convidado” em dizer alguma coisa, sugeriu que fosse ao setor de Relações Públicas do Batalhão e gravasse em fita magnética o que quisesse falar. Juvêncio recusou por desconfiar das intenções do militar e por não ver razões para dizer qualquer coisa a quem já se recusara a ouvi-lo antes.

PS. — Passado o episódio, o diretor responsável do jornal



Nosso tempo, quer dizer ao comandante Labre que a presença das demais pessoas àquela "reunião comunitária" era perfeitamente dispensável. Jamais Juvêncio Mazzarollo iria mentir sobre o tratamento que lhe fosse dispensado durante sua permanência nas dependências do Batalhão de Infantaria Motorizada ou em qualquer lugar, mesmo que não houvesse testemunhas. Diria, a quem se interessasse, que foi bem tratado se tivesse sido bem tratado, e diria que foi maltratado se o tivesse sido. Aliás, a fidelidade à verdade tem sido sempre o objetivo maior do jornal Nosso Tempo e do seu diretor responsável.

Se, ainda, o comandante julgasse necessária a presença de testemunhas, como de fato julgou, devia ter convidado pessoas isentas e neutras, nunca alguém que estava ali para ser testemunha e que de repente se transformou em mais um elemento para fazer sobrecarga, como foi o caso do Juiz João Kopytowski especialmente quando se sabe que o local de trabalho do juiz é o Fórum e não um quartel militar.

Da maneira como foi articulado o encontro, sobram margens para Juvêncio Mazzarollo fazer as acusações que bem entender sob alegação de que as testemunhas presentes estavam mancomunadas com o comandante e que por isso não mereceriam crédito nos testemunhos que viessem a dar.

O mínimo a esperar num caso assim, seria que ao diretor do jornal tivesse sido assegurado o direito de levar testemunhas de sua confiança, assim como o comandante Labre levou as suas.

O diretor responsável e os editores de Nosso Tempo aceitaram qualquer convite sincero para participar de reuniões - especialmente quando são comunitárias - e acontecimentos em qualquer lugar e hora. Mas sentem-se ofendidos quando se vêem na condição de vítimas de uma farsa montada para intimidar, dando a isso o nome de "reunião comunitária".

Conclui-se que foi montado um ardil, muito bem tramado quando à forma - a comunicação apenas verbal -, o local da reunião, a escolha das pessoas presentes e o dia por domingo).

Ainda quanto à atitude do Juiz João Kopytowski, é preciso dizer que ele tem foro próprio para o fim de comunicar processos judiciais que esteja movendo contra o jornal Nosso Tempo ou contra quem quer que seja, e com a dose necessária de bom senso, o momento menos indicado para fazê-lo é quando está servindo de testemunha, junto com outras pessoas, de um ato de um coronel de Exército dentro de um quartel militar.

Em síntese, se juiz e comandante quisessem descarregar mágoas surgidas da linguagem do Nosso Tempo e às Forças Armadas, é preciso deixar claro e público que a linguagem utilizada pelas duas autoridades que intepelaram o diretor do jornal foi igualmente deslegante e descortês.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto a Liderança do Partido Popular se pretende usar o seu horário. Declinando, consulto a Liderança do PTB. Ausente, consulto a Liderança do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, falarei por oito minutos e os sete minutos restantes serão destinados ao nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao eminente Líder do PDS, nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente as palavras do nobre Deputado Gernote Kirinus, com relação ao movimento revolucionário de 1964. Como é um assunto polêmico, Sr. Presidente, e que, reconhecemos uma determinada série de razões ao nobre Deputado Gernote Kirinus, mas que não concordamos, evidente-

mente, com outras colocações, porque o movimento revolucionário de março de 64 tem para a Nação brasileira os seus méritos, que nós pretendemos, numa outra oportunidade enumerá-los um a um como também dizer dos seus vícios, dos seus defeitos e dos malefícios que nós, homens do PDS, também reconhecemos existir no bojo deste movimento.

Em outra oportunidade abordarei este assunto, Sr. Presidente, em resposta ao pronunciamento hoje feito pelo nobre Deputado Gernote Kirinus, que muito respeitamos.

Hoje apenas queremos ocupar estes oito minutos para, em rápidas pinceladas, contestar parte do que afirmou nesta Casa o nobre Deputado Darcy Deitos, a respeito da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Municípios, ora entregue às mãos honestas, operosas e patrióticas do cidadão Saul Raiz.

E dizer que esta Secretaria em vinte e cinco dias, em menos de um mês, já possibilitou a destinação de recursos na ordem de trezentos e sessenta milhões de cruzeiros a cento e trinta e um municípios paranaenses; dando uma característica ainda mais marcante para a meta prioritária do Governo Ney Braga que é o municipalismo.

Os problemas que os municípios enfrentavam no seu relacionamento com os diversos escalões do Governo, estão pouco a pouco sendo eliminados.

A implantação de uma nova sistemática de atendimento aos municípios, dispensando toda a burocracia, está permitindo que a nova Secretaria tenha um trabalho a nível de reconhecimento por todos os Prefeitos do Paraná ...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei o aparte a Vossa Excelência, porque meu tempo é curto.

Apenas quero falar o sério de meu pronunciamento, que é exatamente o fim da burocracia.

O que o Saul Raiz fez e está fazendo à frente de sua Secretaria é eliminar todos os entraves burocráticos que tem amargurado a vida de todos os Prefeitos, sejam eles da Situação ou da Oposição; porque ali todos os Prefeitos têm obtido um tratamento igualitário. Eles obtêm autorização para execução de suas obras mediante a simples apresentação de um plano de trabalho, discriminando-se, evidentemente, as importâncias necessárias.

Os primeiros reflexos da atuação do Secretário Saul Raiz podem ser acompanhados não apenas através da imprensa, mas nas próprias declarações dos 131 Prefeitos que já tiveram contato com o novo Secretário.

Antes eles eram envolvidos por uma série de obstáculos até conseguir os recursos necessários.

Hoje, os Prefeitos são atendidos de imediato, retornando para os seus municípios com os recursos para o início das obras em suas cidades.

E o que é importante, sem a interferência da Secretaria para o Desenvolvimento dos Municípios. O Prefeito recebe o seu cheque, evidentemente ele depois terá apenas que prestar contas da importância recebida, mas as obras são de características locais, escolhidas ao talante e de acordo com as necessidades do Chefe do Executivo Municipal.

Penso, em rápidas pinceladas, ter dado uma satisfação ao nobre Deputado Darcy Deitos porque compreendo perfeitamente as apreensões de Sua Excelência que, como Deputado da Oposição, é evidente que tem o dever de zelar pela boa aplicação dos dinheiros públicos. Parece-me que o noticiário de imprensa exagerou um pouco, viraram em casa lotérica que estava distribuindo dinheiro com fichinhas. Não, absolutamente. O dinheiro vem com destinação certa para as comunas do interior. Apenas está se facilitando a vinda dos Prefeitos, a vinda dos Vereadores. Estes recursos são entregues diretamente aos

Prefeitos sem maiores entraves, para que ele possa efetivamente aplicá-los de acordo com as necessidades do seu município.

Compreende perfeitamente as apreensões de um Deputado da Oposição. É exatamente este o papel da Oposição consciente, é zelar pela boa aplicação dos dinheiros públicos.

E parece que o noticiário de imprensa exagerou um pouco, que lá é uma casa lotérica que estava-se distribuindo dinheiro com fichinhas. Não, absolutamente, o dinheiro vem com destinação certa, para as comunas do interior. Apenas lá está se facilitando a vida dos prefeitos, a vida dos vereadores. Estes recursos são entregues diretamente ao Prefeito, sem maiores entraves, para que ele possa efetivamente aplicá-los, de acordo com as necessidades do seu município. Compreendo perfeitamente as apreensões de um Deputado de Oposição. É exatamente este o papel da oposição, consciente:— é zelar pela boa aplicação dos dinheiros públicos, dos recursos, provenientes do próprio povo. E o representante da Oposição é na realidade, um representante do povo que se preocupa - e uma preocupação muito justa, com a aplicação desses recursos.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nós estamos escutando sua explanação, nobre Deputado. Se Vossa Excelência me permite, acho que Vossa Excelência está sendo benevolente com a Oposição. Porque o homem, diz um dito popular, nunca é maior do que sua sombra. E Saul aí está dando sombra para os homens. Vossa Excelência dentro desta técnica, de “modus vivendi”, está dando à Oposição um mérito que eles têm. Mas eles nunca se importaram quando os nossos Secretários vão mal. Quando o Secretário vai bem, está pisando no calo deles. O Deputado Darcy Deitos está esperando, porque sabe que Saul Raiz está aplicando o dinheiro do povo, em benefício do próprio povo, e está desmoroando o sonho de uma noite de verão da Oposição, nobre Deputado. Vossa Excelência me permita, meu Líder, de discordar deste ponto, da benevolência de Vossa Excelência. Aliás, muito bem posto, que Vossa Excelência como nosso Líder, tem que tomar esta atitude. Mas o problema é outro: - o calcanhar de Aquiles foi atingido; e nós chegamos lá, Deputado. Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu não sei se o cancanhar do nobre Deputado Darcy Deitos foi atingido. Entretanto, é um direito que Vossa Excelência tem de discordar da explanação que faço. Aliás, a Liderança da nossa bancada sempre agiu de forma democrática, permitindo debate amplo, de todas as matérias, inclusive contestação a colocações feitas pela liderança a uma tomada de posição.

Apenas estou fazendo justiça à Oposição, porque acho que o papel principal da Oposição, e aliás, desta Casa, é a fiscalização da boa aplicação dos dinheiros públicos.

Então vi, vislumbrei no bojo do pronunciamento do Deputado Darcy Deitos, esta preocupação. Foi este o meu entendimento.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Erondy Silvério, a explanação que Vossa Excelência faz da tribuna nesta tarde, nos leva ao raciocínio, de que a máquina administrativa do Sr. Ney Braga estava emperrada ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Dá licença. Eu concedi o aparte a Vossa Excelência, com todo o respeito, e Vossa Excelência está faltando com o respeito. Nunca a máquina esteve emperrada. O que Ney Braga fez nesses dois anos, foi uma obra admirável. Nunca esteve emperrada. Apenas este Secretário, o que eu quis dizer, é que o Secretário Saul Raiz é um homem prático;

é um homem que não se prende a filigranas administrativas. É isto que eu quis dizer. E Vossa Excelência já espertamente quis ir por outro caminho, que eu não aceito.

O Sr. Darcy Deitos — Absolutamente. Eu só gostaria então de concluir rapidamente, para dizer a Vossa Excelência que a criação em torno desta Secretaria, também me leva ao raciocínio, de que os Secretários estavam sem condição ...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Comunico ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o raciocínio de Vossa Excelência e o meu tempo está esgotado.

Debaterei com prazer este assunto com Vossa Excelência em outra oportunidade.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Tércio Albuquerque, que ocupará os 7 minutos restantes.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Atentamente nós ouvimos a grave denúncia que nesta tarde trouxe a esta Casa, o nobre Deputado Nelson Miguel Friedrich.

Quando relata Sua Excelência, o Líder do PMDB, que em Foz do Iguaçu, autoridades constituídas - e no entender da maioria da população e nossa, respeitabilíssima reuniram-se em um local, convidando o advogado Cláudio Rorato, Diretor-Responsável pelo jornal “Nosso Tempo” que, recentemente, iniciou sua caminhada jornalística em meu Município de Foz do Iguaçu.

Mas, conhecedor que sou da personalidade do nosso Prefeito Municipal que criticado foi em usar sua força como militar, e também Sua Excelência, o Comandante do 1.º Batalhão de Fronteiras, que haviam inquirido o advogado Cláudio Rorato, para que deixasse a direção e a sociedade do jornal “Nosso Tempo”, não posso, apesar de desconhecer os fatos, acreditar em tão pesada denúncia que nos traz o respeitável Deputado Nelson Friedrich, como também acusar o Juiz de Direito, que tendo o seu foro legal, poderia, também, através do mesmo, convidar o advogado Cláudio Rorato. E ficamos, neste momento, surpresos com o fato e haveremos, ainda hoje, entrar em entendimento com as lideranças de meu Município, para me aprofundar no fato trazido, a esta Casa, pela Oposição.

Diz também o Líder do PMDB, que o advogado Álvaro Albuquerque, ex-Presidente, não mais, da Ordem dos Advogados de Foz do Iguaçu - porque, atualmente, é o advogado Santo Rafai, havia publicado uma nota contra esse ato.

Podemos até admitir que sendo Cláudio Rorato um advogado inscrito na Ordem, recebesse, prontamente, a defesa e o apoio da Ordem dos Advogados, mas nunca quando ela é dirigida por um homem reconhecidamente radical, de Oposição.

Teria que essa Ordem ter à sua frente, um homem independente de cor partidária.

E, por isso, a nossa surpresa é bem maior, porque, apesar do jornal “Nosso Tempo” ser um jornal altamente radical, defensor intransigente das Oposições, nada temos o que criticar ao mesmo, nem aos seus diretores e muito menos aos editores. Porque, a imprensa é livre e tem o direito de fazer as suas críticas como quiser. Mas, quando se passa a criticar, ou até mesmo, denunciar autoridades constituídas que, jamais, se pretariam a um ato mesquinho, como esse que o Deputado Nelson Friedrich nos denuncia. Afirmando e reafirmando desconhecer esse fato. Porque, se esse fato foi denunciado pelo inteligente advogado Cláudio Rorato, haverá de ser esclarecido à opinião pública.

E, especialmente, neste momento, a esta Casa de Leis que tem o direito e a responsabilidade de reivindicar e de defender o seu povo, acima de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Comunico a Vossa Excelência que tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós como já disse o Deputado Nelton, voltaremos amanhã, se Deus assim o permitir e se maiores informações conseguirmos para vir a esta Casa defender ou talvez apoiar a denúncia do Deputado Nelton Miguel Friedrich, mas continuo dizendo que as autoridades aqui denunciadas, tem a alta responsabilidade de ajudar, de instituir cada vez mais rápido o retorno da democracia neste País e já acredito, eu como representante do povo de Foz do Iguaçu que este ato não aconteceu em meu município.

Não acredito, ainda mais quando assume o Comando do Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu um novo Comandante que veio com a responsabilidade de nos ajudar na abertura democrática do nosso País e ao nosso povo.

Por isso, é que, vim à tribuna para dizer que desconheço o fato, mas que na tarde de amanhã voltarei para trazer a resposta ao Deputado Nelton Friedrich e àqueles que nesta tarde, ouviram e no calar, estão nos apoiando.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174/80, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a "Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon - FUNDEMAR", com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 174/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon - FUNDEMAR, com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1980.

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon foi instituída pela lei municipal n.º 1.297, de 28 de agosto de 1978, com o objetivo de, entre outros, promover a educação em todos os níveis e graus; promover estudos e pesquisas nos domínios da ciência e da educação, enfim, participar do desenvolvimento do município, atendendo as necessidades de educação e cultura.

Com estes objetivos a FUNDEMAR, funcionando há mais de dois anos, declarada de utilidade pública municipal

no Art. 7.º, da lei acima referida, sendo mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon - FACIMAR.

Esta fundação preenche amplamente os requisitos previstos na Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, para ser declarada de utilidade pública.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 174/80

#### PARECER

De autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, o presente Projeto de Lei n.º 174/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon - FUNDEMAR, com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do Instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO,

Presidente,

JOSÉ TAVARES,

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Milton Vianna Filho.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Anita Alice.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Erondy Silvério, Nelton Friedrich e Edilson Alencar, respectivamente líderes do PDS, PMDB e PP, constante do expediente, solicitando a formação de uma comissão pluripartidária para interceder, no que e como entender necessário, junto ao movimento da hidrelétrica de Itaipu.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, pela passagem do nono ano frente à Direção daquela Delegacia.— Aprovado.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

7 Srs. Deputados o rejeitam;

5 Srs. Deputados o aprovam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 31 - terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. discussão - do Projeto de Lei n.º 174/80.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 177/80.

Levanta-se a sessão.

# ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

## PORTARIA N.º 209/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IGLAIR SMANIOTTO, matrícula n.º 298, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 13 de janeiro de 1981, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

(Protoc. n.º 134).

## PORTARIA N.º 210/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ROSALINA PEREIRA SANTIM, matrícula n.º 224, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 07 de dezembro de 1980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 361).

## PORTARIA N.º 211/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula n.º 222, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 27 de janeiro de 1981, data em que completou vinte

(20) anos, de serviço público, computados para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 170, da citada Lei n.º 6174.

(Protoc. n.º 384).

## PORTARIA N.º 212/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula n.º 257, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 03/11/70, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias, de 1980, que deixou de gozar; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir de 14 de fevereiro de 1981, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), antecipado em razão da contagem das férias de 1980 (supra), 1979 e da incorporação referente ao sexto quinquênio.

(Protoc. n.º 441).

## PORTARIA N.º 213/81

I — revogar a Portaria n.º 020/81, de 17 de janeiro de 1981, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1981, a funcionária ENIETE SCHEFFER NICZ, ora à disposição deste Poder; e,

II — designar a funcionária acima mencionada para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, no período acima compreendido.

## PORTARIA N.º 214/81

I — designar OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, matrícula n.º 502, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento Legislativo.

II — revogar a Portaria n.º 104/75, de 25 de março de 1975, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado David Federmann, o funcionário GABRIEL QUEZADA FILHO, matrícula n.º 067, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

III — designar o funcionário acima mencionado, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral.

## PORTARIA N.º 215/81

designar, JOCELY TERESINHA FRANKLIN CAMINHA, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços como datilógrafa, no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro.

(Protoc. n.º 1457).

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1981.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
DIRETOR GERAL

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de

suas atribuições,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria n.º 132/81, na parte em que se refere ao funcionário RUBENS GUAREZI, contratado deste Poder, que designou o mesmo para prestar serviços no Gabinete do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ; e,

II — designar o funcionário acima mencionado,

para prestar serviços no Departamento Administrativo;

III — designar, PEDRO MARIUCCI, contratado deste Poder, para prestar serviços no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de março de 1981.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
DIRETOR GERAL